
O jornalismo e os livros didáticos: a construção social da realidade sob os povos indígenas brasileiros¹

Patrícia KOLLING²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Este artigo reflete sobre a imagem construída dos povos indígenas no Brasil e como os livros didáticos e a produção jornalística participam deste processo. A partir de Berger e Luckmann, interpretado por Eduardo Meditsch, considera o jornalismo parte das instituições sociais que poderia ser chamada de terciária, que contribui para a construção social da realidade depois que já entraram em ação as instituições primárias e secundárias. Para refletir sobre esse tema, analisamos qualitativamente matérias jornalísticas produzidas e publicadas em jornais do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso no dia 19 de abril de 2018, data dedicada aos povos indígenas.

Palavras-chave: Jornalismo; povos indígenas; livros didáticos; construção da realidade,

Introdução

Desde a chegada dos europeus ao Brasil, os povos indígenas que aqui viviam e ainda vivem, sofrem com a falta de reconhecimento e respeito a seus direitos. Vistos sob as perspectivas sociais e culturais dos povos europeus, os 3 milhões de indígenas donos do território brasileiro, em 1500, foram considerados preguiçosos e selvagens, sem cultura e sem formação religiosa. Para os órgãos governamentais, como o criado Sistema de Proteção ao Índio (SPI) criado em 1910, era preciso civilizar os indígenas, transformando-os em trabalhadores da nação. Paralelamente, o Estado brasileiro instituiu programas de incentivo a colonização e expansão das fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, como se estas terras já não fossem habitadas pelos povos indígenas. Mesmo a Constituição de 1988 sendo um marco na valorização dos direitos indígenas, a luta dos povos indígenas é constante. Atualmente, eles são considerados um entrave ao desenvolvimento econômico e agropecuário, e as imagens preconceituosas e discriminatórias persistem em muitos segmentos da sociedade brasileira.

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

² Jornalista, professora, Mestre em Comunicação e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: patikolling@gmail.com

Neste cenário histórico, a proposta deste artigo é exatamente olhar para o processo de construção da imagem sobre os povos indígenas no Brasil, considerando o jornalismo como integrante deste processo constituído por diversas instituições sociais. Ao considerar o jornalismo como PARTE do processo de construção da realidade e como condicionado por esse processo maior, daremos atenção a forma como o indígena é apresentado nos livros didáticos, utilizados em salas de aulas dos ensinos fundamental e médio brasileiros, que são uma das principais formas de acesso da maioria da população a informações sobre culturas diferentes. Essa perspectiva desmistifica a ideia, equivocada, de que o jornalismo ou a mídia constroem a realidade, ou seja, que tem um papel de centralidade ou exclusividade na definição da realidade. O jornalismo e a mídia, como outras instituições, fazem parte deste processo de socialização. Para contextualizar essa forma de abordagem recorreremos a autores como Peter Berger e Thomas Luckmann, Walter Lippmann e Eduardo Meditsch.

Para olhar para a temática indígena no jornalismo, reunimos jornais do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e Mato Grosso (Cuiabá) para averiguar o que foi publicado no dia 19 de abril de 2018, dia dedicado aos povos indígenas no Brasil. Dos jornais gaúchos: Zero Hora (ZH), Correio do Povo, Jornal do Comércio e Diário G, somente o jornal Correio do Povo publicou a matéria com esta pauta, no dia 19 de abril, sob o título: *Dia do Índio: olhar no presente e nas raízes*, com chamada de capa, com foto e ocupando uma página interna. Porém, a ZH havia publicado, no seu caderno DOC, do final de semana, dias 14 e 15 de abril, uma reportagem de 5 páginas sob a Terra Indígena do Guarita, em Tenente Portela. Outros jornais não trouxeram nenhuma nota sobre o assunto.

Nos dois principais jornais de Mato Grosso, o Diário de Cuiabá e a Gazeta de Cuiabá, o tema foi lembrado nas edições de 19 de abril. No Diário foi através de uma charge, publicada na página 2, e na Gazeta a pauta aparece no caderno Vida, em uma notícia e três notas. A notícia é sobre a estreia da série Índio Presente na TV Brasil. Na coluna lateral, chamada Agenda, as notas noticiam eventos que acontecem durante a semana alusivos ao dia do Índio.

A escolha da data de 19 de abril, como dia do Índio, remete a um protesto dos povos indígenas do continente americano, no ano de 1940, durante o Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Patzcuaro, entre 14 e 24 de abril. Segundo BBC Brasil (2018), em princípio, os representantes indígenas haviam se negado a participar do evento, achando que não teriam voz ou vez nas reuniões - que seriam comandadas por

líderes políticos dos países participantes. Os índios, então, fizeram um boicote nos primeiros dias, mas, justamente no dia 19 de abril, decidiram aparecer no congresso para tomar parte nas discussões. Várias conquistas foram aprovadas neste Congresso e entre as definições foi estabelecido "o Dia do Aborígene Americano em 19 de abril". Nem todos os países reconheceram essa data, no Brasil somente em 1943, um decreto-lei aprovado por Getúlio Vargas, estabeleceu a data comemorativa.

O processo de construção da realidade

Para compreender teoricamente a construção da realidade, e assim entender como a imagem dos indígenas se constitui na sociedade brasileira, os autores Berger e Luckmann destacam a existência de uma socialização primária que define fundamentalmente o princípio de realidade, a partir do qual o indivíduo vai identificar natural e espontaneamente o que é real e conhecido. É a partir da socialização primária – que ocorre com aquisição da língua materna, sem mediação importante que seja externa ao círculo social mais próximo da criança - que o indivíduo vai reconhecer a realidade com que lidará na vida cotidiana.

A criança interioriza o mundo dos outros que são significativos para ela, como sendo o único mundo existente e concebível. É por essa que o mundo interiorizado na socialização primária torna-se muito mais firmemente entrincheirado na consciência dos mundos interiorizados nas socializações secundárias (Berger e Luckmann, 1966, apud Meditsch, 2010, p.27).

Mesmo que essa realidade não passe por uma validação científica é a que irá prevalecer como dominante para a compreensão e intervenção prática na vida cotidiana de todas as pessoas.

Comparadas à realidade da vida cotidiana, as outras realidades aparecem como campos finitos de significação. A escola e o que nela se aprende tem uma influência significativa nesta socialização primária, por isso, escolhemos olhar para os livros didáticos, como referência ao que aprendemos e reproduzimos sobre os povos indígenas.

É somente a busca de treinamentos especializados, explicados pela divisão do trabalho na sociedade, e o ingresso dos indivíduos em papéis institucionais definidos, que Berger e Luckmann chamam de socialização secundária, e ela ocorre através dos sistemas pedagógicos especializados. É secundária porque agrega um submundo à realidade dominante internalizada pela “socialização primária”, mas não a substitui totalmente. “A realidade dominante envolve-os por todos os lados, por assim dizer, e a consciência

sempre retorna a realidade dominante como se voltasse de uma excursão.” (Berger e Luckmann, 2009, p. 43-44)

O jornalismo poderia ser visto como uma forma de socialização ainda mais tênue em termos de construção da realidade, podendo ser denominada de terceária se comparada aos níveis anteriores. Ao jornalismo seria dado o papel de “conservação” e “atualização” das realidades, podendo, porém, contribuir para reforçar ou desmistificar as imagens internalizadas nas socializações primárias e secundárias.

Berger e Luckmann (1995, apud Meditsch) destacam que as instituições jornalísticas desempenham um papel-chave na orientação moderna de sentido ou, melhor, na comunicação de sentido. São intermediadoras entre a experiência coletiva e individual, oferecendo interpretações típicas para problemas típicos. “Tudo o que outras instituições produzem em matéria de interpretações da realidade e de valores, os meios de comunicação selecionam, organizam (empacotam), transformam, na maioria das vezes no curso desse processo, e decidem sobre a forma de sua difusão” (2010, p. 24). A mídia ocupa um papel de mediação, articulado ao de muitas outras instituições especializadas na produção e comunicação de sentido (Igreja, Estado, escolas). O jornalismo, considerado por Adelmo Genro Filho (1987) como uma forma de conhecimento, pode ser incluído entre os atores que contribuem significativamente para essa construção.

Para compreender tal processo é preciso fazer uma outra reflexão sobre realidade objetiva e subjetiva, pois a sociedade é uma realidade objetiva, enquanto o homem é um produto social. Há, porém, uma interiorização da realidade social institucionalizada. Explicam Berger e Luckmann que as instituições, criadas para aliviar os indivíduos da necessidade de reinventar o mundo a cada dia e ter de se orientar dentro dele, fornecem padrões comprovados segundo os quais as pessoas podem orientar seu comportamento. Quando as instituições funcionam normalmente, os indivíduos cumprem os papéis a eles atribuídos pela sociedade, na forma de esquemas institucionalizados de ação e conduzem sua vida no sentido de currículos de vida assegurados institucionalmente, pré-moldados socialmente e com alto grau de evidência. Os programas institucionais são internalizados na consciência do indivíduo e o dirigem em seu agir, não como experimentando um sentido estranho, mas como dele próprio.

As instituições se impõe como realidade, conseqüentemente a mídia, mais particularmente o jornalismo, não pode ser jamais visto como uma protagonista isolado, mas como parte desta coletividade.

A imagem do indígena brasileiro, que se propaga como institucionalizada constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir. Por isso a afirmação dos historiadores Lamas, Vicente e Mayrink (2016, p. 02), faz sentido:

A imagem do indígena brasileiro, apesar dos séculos que separam as assertivas acima dos dias atuais, ainda permanece praticamente inalterada, ao menos, no que diz respeito ao senso comum. De um modo geral, quando o assunto são os índios, eles ainda são percebidos como bons, inocentes, mas ao mesmo tempo preguiçosos e violentos, especialmente quando são apresentados como obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento do país.

Deste senso comum, surgem uma série de tipificações, mantidas até nova ordem, que determinarão as ações diante de determinada situação. A realidade social da vida cotidiana é, portanto, apreendida num contínuo de tipificações, que se vão tornando progressivamente anônimas a medida que distanciam do aqui e agora da situação face a face. A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. A tipificação está na origem dos estereótipos que já na década de 1920, Walter Lippmann havia apontado como essenciais para a percepção tanto individual, quanto coletiva da realidade. (Lippmann, 1922, p. 96)

Essa argumentação teórica ajuda-nos a compreender a construção e a manutenção da imagem do indígena na sociedade brasileira, carregada de estereótipos e preconceitos, influenciada por uma série de relações de poder e econômicas ao longo da história. A seguir olharemos como esta construção se materializa nos livros didáticos e produções jornalísticas, destacando semelhanças e diferenças.

Os indígenas nos livros didáticos e nos jornais

Para olhar para os livros didáticos, buscamos pesquisas realizadas por historiadores e pesquisadores de universidades brasileiras que apontam que os conteúdos sobre a cultura e a história indígena apresenta-se de forma resumida, pela sua importância na formação do povo brasileiro, pouco organizados, sem linearidade e com fatos isolados. São apresentadas informações sobre os costumes desta população, sempre no intuito de comparação e diferença com os hábitos e costumes dos europeus. “Sempre levando em consideração a descrição e análise a partir do olhar europeu” (LAMAS, VICENTE E MAYRIN, 2016). O pesquisador Leandro Magalhães (2000) destaca que mesmo havendo uma preocupação em livros mais recentes de mostrar que as Américas eram habitadas

antes da chegada dos europeus, que toda riqueza do território pertencia aos índios, os espaços destinados aos indígenas são reduzidos e quando eles aparecem nas narrativas é privilegiando os marcos europeus, em detrimentos dos indígenas. A superioridade do europeu é sempre preservada, o que leva a um olhar de estranhamento em relação aos povos indígenas, pois é o olhar imperialista do europeu, um olhar de “fora” em relação aos índios.

Ao mesmo tempo que são valorizadas as diferenças entre indígenas e europeus, são ignoradas as relações coloniais entre esses, deixando os índios em segundo plano nessas relações. Ou seja, mesmo colocados como donos da terra, a supremacia dos portugueses é frequentemente reafirmada. Além disso alertam para o fato que perpetua uma concepção excludente, uma vez que cria a ideia de que o problema indígena é étnico, isto é, é fruto da “natural inaptidão” desses povos a se adaptar aos padrões da sociedade ocidental.

Outra questão muito presente nos livros didáticos é referir-se aos indígenas como praticamente extintos do território nacional, como se eles não existissem mais ou fossem muito poucos. A obra de Gilberto Cotrim (2008) diz que restaram poucos vivos à época da Independência, o que justifica a reduzida abordagem sobre a temática indígena nos livros. Ao jogar os índios no passado, os livros didáticos não preparam os alunos para entenderem a presença dos índios no presente e futuro. A existência de 256 etnias, com uma população, segundo o Censo IBGE 2010, de 896.917 pessoas, não é considerada nos livros, tanto que na maioria dos materiais, após o período republicano o assunto não é mais abordado. A luta, atual e passada, dos povos indígenas pela terra e por seus direitos é praticamente ignorada pelos livros didáticos.

O pesquisador Leandro Magalhães (2000) ressalta a posição de passividade em que os indígenas são colocados, como se não tivessem existido e ainda existisse muitos conflitos entre esses grupos. Para os pesquisadores essa é uma postura ideológica e política, uma forma de ignorar a real natureza da questão (a questão agrária), excluindo-os como atores sociais que pautam a luta em torno da terra.

Alguns dos aspectos acima apresentados, também podem ser percebidos nas produções jornalísticas analisadas. No jornal Zero Hora, a matéria sobre os indígenas, publicada no caderno DOC de 14 e 15 de abril traz na capa do caderno uma foto de crianças indígenas na porta de uma casa e a chamada: *O futuro de um povo: aulas diferentes, prática do idioma próprio, artesanato como matéria-prima local. Como*

é a luta dos índios para preservar a tradição kaingang. A matéria faz parte da sessão Singular, que a cada semana faz uma reportagem em determinada região do RS. Na primeira página estampa uma foto de João Maria Ribeiro, em frente a sua casa, com uma legenda que diz que com 93 anos, ele segue trabalhando na agricultura pelo sonho de ter uma casa de alvenaria. Na página seguinte o título: *A Guarita é pura história*, uma foto de crianças correndo na Aldeia e o subtítulo: *em um dos maiores territórios indígenas do Rio Grande do Sul, os kaingang enfrentam o desafio de preservar sua cultura e costumes.* No início do texto, a jornalista fala sobre os contatos com o cacique para que a entrevista e a reportagem fossem produzidas e conta sobre a eleição do cacique Carlinhos Alfaiate, 50 anos. Ela explica sobre as funções de um cacique, da disposição de Carlinhos e sua família para atender a essa missão e que tem como objetivos de resgatar a união entre os indígenas dos 16 setores da terra indígena e reforçar alguns aspectos culturais e espirituais (que durante o cacicado anterior não foram valorizados), além de ampliar a área de cultivo de alimentos. Para tal ele deve buscar crédito junto a órgãos competentes. No box: *Saiba Mais* estão informações curtas sobre a demarcação da terra e os hábitos indígenas. Na sequência, o subtítulo: *Xamã do Guarita*, que é o líder espiritual dos Kaingang, conta a história de João Maria Ribeiro, que durante muito tempo ocupou a função de líder espiritual, mas que desde que se tornou evangélico, deixou parte das atividades de lado. Porém, ele afirma continuar a produção de remédios caseiros e chás que indica a população e está preparando o sobrinho, Miguel Ribeiro, para ser o próximo xamã do Guarita, que também é fonte da reportagem. O texto também fala da falta de água na maior comunidade da terra indígena, há seis anos. Sobre o caso foi consultado o Ministério da Saúde. Também é citada como fonte a jovem Ana Lara Sales Mello, 13 anos, possível futura liderança da comunidade, que fala da importância da comunidade ter um líder forte e das mulheres serem mais valorizadas. Duas fotos ilustram a página, na primeira, a indígena Carmelina Pinto, que é merendeira na escola, mas que diz que sua vocação é a produção de artesanato com cipós das matas na região. Na foto aparece ela manuseando os cipós. Na outra foto, aparece Miguel Ribeiro próximo a árvores e um riacho. Ainda nesta página, um mapa mostra a área da Terra indígena Guarita e um box diferencia terra, de reserva indígena. Na quinta página da reportagem, a artesã Carmelina fala da importância do artesanato para ela, a comunidade e do repasse do conhecimento para as crianças. Ela

ressalta a dificuldade de encontrar o cipó-guaimbé para a produção do artesanato, devido ao desmatamento. Na última parte do texto, sob subtítulo Música na escola, é fonte o professor Benjamin Perokag Crespo, que fala da importância da manutenção da língua kaingang entre as crianças e da técnica utilizada para ensino, com músicas e versos. No final do texto é citada uma homenagem realizada pelos alunos da escola a equipe do jornal, com uma música em kaingang. Nesta página duas fotos, uma de crianças e jovens da Guarita e outra do professor Benjamin, ilustram o texto. Num box, curiosidades e algumas expressões da língua kaingang.

Publicar uma reportagem de cinco páginas nos dias que antecedem ao dia do índio, com uma visita da equipe a uma Terra Indígena no interior do Estado (mesmo que essa seja a proposta do caderno DOC) e com seis fontes indígenas, pode-se dizer que foi um diferencial do jornal e uma forma de valorização cultural deste povo. A interação da repórter na produção da reportagem com a comunidade, permitiu-a explorar e compreender com profundidade aspectos interessantes da cultura, da religião, da educação desta população, permitindo ao leitor uma aproximação da forma de vida deste povo.

A reportagem publicada no jornal Zero Hora, semelhante ao que fazem os livros didáticos, mostra os diferenciais culturais e sociais da comunidade indígena kaingang em comparação as comunidades não indígenas, colocando-os como um povo exótico e diferente. Além, disso, como citado dos livros didáticos, a reportagem passa uma imagem de passividade no relacionamento de indígenas e não indígenas. Em nenhum momento o material jornalístico traz ao debate público as dificuldades e conflitos das comunidades indígenas na busca de seus direitos, principalmente com relação a posse das terras. O texto destaca como principal luta dos indígenas a manutenção da sua cultura e costumes, como sendo essa uma batalha interna, comprometida pela liderança anterior, parecendo não ter nenhuma influência da comunidade não indígena e urbana.

Ressalta-se, que os indígenas estão em intensa mobilização para garantia de seus direitos. O documento final do Acampamento Terra Livre, maior mobilização indígena acontecida anualmente em Brasília, aponta que desde a Constituição Federal de 1988, que consagrou a natureza pluriétnica do Estado brasileiro, os povos indígenas do Brasil estão vivendo o cenário mais grave de ataques aos seus direitos.

A demarcação e a homologação das terras indígenas são as principais lutas dos povos brasileiros atualmente. Eles também buscam a reestruturação da Fundação Nacional do Índio e seu retorno ao Ministério da Justiça e a manutenção do Subsistema de Saúde Indígena do SUS, com o fortalecimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), sem municipalização ou estadualização da saúde indígena

Lembrando que o Dia do Índio é comemorado no Brasil para lembrar a data histórica de 1940, que marca luta dos indígenas da América pelos seus direitos, poderia ser a oportunidade da imprensa, resgatar temas que estão na pauta das lutas dos indígenas, trazendo ao debate e conhecimento público os itens acima apresentados. Porém, nenhuma das matérias e notas jornalísticas analisadas consideram o momento atual vivenciado por esse povo. Não são pautas as lutas por direitos, que jornalisticamente atenderiam critérios de noticiabilidade, como atualidade, novidade, conflito e diferenças.

No jornal Correio do Povo, página 15, a matéria *Novos Hábitos: #Aldeias conectadas*, ocupa toda página. Uma foto de uma mãe com um telefone celular em mãos, cuidando do filho que come um milho verde cozido abre a matéria. Logo abaixo o intertítulo: *Apesar da tecnologia que já chegou à aldeia Guarani, na ERS 040, índios ainda mantêm antigas tradições*. É fonte desta matéria o cacique da Aldeia Estiva, da etnia Guarani, Gildo Karai. O texto traz informações sobre a aldeia, as tradições indígenas e o uso das tecnologias, importantes para a comunicação com outras aldeias. O texto fala dos hábitos mantidos pelos indígenas na alimentação e realização de rituais, da participação dos indígenas em um projeto de valorização da cultura, e também sobre o desejo da comunidade de expandir sua área de terra, que hoje é de apenas 7 hectares, no município de Viamão, para 43 famílias, no anseio de ampliar o cultivo de alimentos para consumo. Na sequência, a matéria apresenta o subtítulo: *Capital possui 12 comunidades*, que tem como fonte o coordenador dos Povos Indígenas e Direitos Específicos da Diretoria dos Direitos Humanos, que integra a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esporte, Guilherme Fuhr. O texto fala da situação das terras, sendo que algumas já são terras indígenas homologadas, enquanto outras são acampamentos não regularizados. Segundo o texto, três etnias vivem em Porto Alegre: Guarani, Kaingang e Charrua. O texto ainda traz o número de indígenas que moram na capital e em nas outras regiões do estado, destacando a quantidade de crianças e jovens. No penúltimo parágrafo Fuhr fala da importância das tecnologias (como carros, telefones celulares e computadores) para esses povos. Ele ressalta que os indígenas não precisam estar isolados

e que mesmo com acesso a tecnologia eles não vão deixar de serem índios. No último parágrafo o texto informa que neste ano a prefeitura municipal não irá realizar a tradicional semana dos Povos Indígenas devido à falta de recursos financeiros. Ao lado deste texto uma foto mostra, uma menina indígena brincando em um balanço. As pessoas que aparecem nas fotos não são entrevistadas, e seus nomes não são citados.

A matéria, já no subtítulo, deixa evidente uma resistência ao acesso a tecnologia pelos indígenas.

É muito forte a ideia de que o índio “deixa de ser índio” se tiver contato e utilizar aparelhos modernos, como o computador e o celular. No Brasil, existe uma visão que os indígenas deveriam manter exatamente a mesma forma de vida de antes da chegada dos portugueses, ou seja, no limite, esse discurso entende que somente é índio aqueles que “andam pelado”. É o espetáculo do exótico gerado num contexto completamente alheio a realidade dos indígenas atualmente. Mas esta maneira de pensar está muito distante dos modos de vida dos indígenas no Brasil atualmente, e a manutenção desta maneira de ver, na verdade, configura uma imposição da cultura ocidental para que as culturas ameríndias sigam os caminhos por ela delineados até hoje. Se os portugueses queriam que os indígenas se tornassem trabalhadores passivos para serem explorados, hoje parte das representações acerca das comunidades indígenas exigem que estes permaneçam “parados no tempo”. Mas a ideia de fundo é a mesma: a anulação dos indígenas enquanto sujeitos capazes de decidir sobre sua própria vida e cultura, inclusive, sobre quais tecnologias irão adotar, quando, por que e como. (Tecnologia e Luta, 2018)

Esse fenômeno se reproduz também nas escolas, sendo frequente comemorações com crianças pintadas, música e atividades culturais. “O indígena trabalhado em sala de aula hoje é, muitas vezes, aquele indígena de 1500 e parece que ele só se mantém índio se permanecer daquele modo. É preciso mostrar que o índio é contemporâneo e tem os mesmos direitos que muitos de nós, ‘brancos’”, diz Oliveira (2018).

A pesquisadora sobre educação indígena, Marina Terena (citada por TENÓRIO, 2018), ressalta que a cultura das etnias também é dinâmica e não está imune às transformações que a sociedade vive.

É preciso que isso se torne claro para o não índio, para acabar com determinados preconceitos. A tecnologia já está disponível para todas as populações, indígenas ou não indígenas. O próprio movimento indígena hoje se mantém graças à tecnologia, através da disseminação da luta de seus direitos, sua cultura, sua história e trajetória.

Na matéria do Jornal Correio do Povo, as próprias fontes reforçaram este aspecto, que poderia ter sido melhor explorado pela repórter. Infelizmente, o texto também não explora os diferentes usos realizados pelos indígenas dessas novas tecnologias da informação, como ferramenta de resistência, como a produção de audiovisuais, blogs e mídias sociais com informações sociais, culturais e políticas desses povos.

Porém, podemos considerar como positiva esta matéria, no sentido de tratar a pauta indígena, em um dia alusivo a este povo, enquanto tantos outros meios nem falaram do assunto. A abordagem sobre o uso de tecnologias, reforçada pela fala das fontes, é uma forma importante de informação da sociedade na busca do combate ao preconceito. O fato de entrevistar um indígena e ir até a aldeia em busca de fotos são diferenciais deste texto, diante da maioria das matérias sobre indígenas que normalmente tem como fontes somente representantes de órgãos oficiais. O espaço dedicado ao tema (1 página), em um jornal caracterizado por notícias curtas, pode ser considerado grande.

Outro aspecto levantado pelos pesquisadores dos livros didáticos é a generalização destes povos, sem identificação de etnia, com suas diferentes línguas e territórios e formas sociais de organização e cultura. Portanto, quando ouvimos falar de indígenas ou vemos imagens dos mesmos não temos essa diferenciação por etnias e/ou costumes. A comunidade escolar seria o espaço em que essas informações deveriam ser construídas e debatidas. As duas matérias jornalísticas acima, apesar de identificar a etnia, não apresentam características e diferenciais de cada uma delas.

Na charge, publicada na página 2, do jornal Diário de Cuiabá, a etnia do indígena desenhado não é especificada. A charge, na parte superior esquerda, diz: Dia do Índio e, na parte superior direita, estampa um mapa do Estado de Mato Grosso. Abaixo duas pessoas conversando, uma delas pergunta: “Mato Grosso é terra de índio?” A outra responde: “Não! É terra de cacique!”. A charge representa muito do cenário que se constitui em Mato Grosso, em que os caciques políticos controlam a política estadual. E, sem dúvida, invisibiliza as dezenas de etnias indígenas que residem no estado.

Já duas notas publicadas no jornal Gazeta de Cuiabá: *Exetina Kopenoty*, sobre apresentações teatrais, de histórias narradas pelo povo Terena e *Cultura Juruna*, que apresenta as edições do Sesc São Paulo analisando a cultura dos índios juruna por meio de cantigas de ninar, chamam atenção para produções artísticas que valorizam

características culturais das diferentes etnias. A notícia *Dia do Índio é celebrado em produção documental* refere-se a série Índio Presente, que estreitava naquele dia na TV Brasil. A notícia diz que a produção da série visitou dezenas de povos indígenas em diferentes estados, na tentativa de desconstruir os principais estereótipos criados sobre os grupos. Uma foto acompanha a notícia que ocupa em torno de ¼ de página. A outra nota publicada nesta página é sobre o 9º Encontro Indígena que acontece no Museu de História Natural Casa Dom Aquino, constando a programação do dia 19 de abril. As quatro notas citadas falam de produções que valorizam as etnias e suas particularidades, porém os textos jornalísticos, curtos e fragmentados não exploraram essas características.

Pesquisas e movimentos sociais

Na análise acima percebemos que alguns aspectos históricos e culturais se mantêm fixados no imaginário da sociedade brasileira, incluindo nesta professores, historiadores e jornalistas. Ou seja, estão tão institucionalizados, naturalizados, que são reproduzidos sem uma análise mais crítica do assunto.

Esta institucionalização se mantém, até que hajam questionamentos e estranhamentos. Até que as diferentes relações de poder entrem em choque e conflitos, e que novos aspectos possam ser repensados, reconfigurados, e um novo imaginário sobre esses povos vai se constituindo. Berger e Luckmann destacam que o mundo social foi feito pelos homens e por eles pode ser mudado.

Esta nova perspectiva e olhar sob os povos indígenas, como mostram as produções teatrais e audiovisuais citadas nas notas e notícias, são resultado de alguns eventos históricos da nossa sociedade. O primeiro deles é a grande quantidade de estudos acadêmicos que se desenvolveram nos últimos anos tanto nas áreas de antropologia, geografia e história. Lamas, Vicente e Mayrink destacam que durante muito tempo os pesquisadores e historiadores não se interessaram em estudar os indígenas, pois se tratava de um povo sem escrita, portanto sem registros históricos. Assim, sempre que aparecem na história ocupam um papel subsidiário, agindo em função de interesses alheios. Ao longo dos anos de 1990 a forma deturpada de entender os povos indígenas começa a se alterar. No campo acadêmico, pesquisas, como a de John Monteiro, são pontapé inicial em série de estudos sobre as relações entre indígenas e colonizadores, com a revelação de aspectos historiográficos até então inéditos.

Paralelamente, a partir dos anos 70, está em fortalecimento o movimento social indigenista, que levou a articulações nacionais, estaduais e regionais de organizações indigenistas. O surgimento da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil é uma entidade fortalecedora deste movimento.

Evidentemente, as formas como são encetadas essas lutas populares variam em função das condições políticas de cada época e de cada país. Theotônio dos Santos (1991, apud LAMAS, VICENTE E MAYRIN, 2016, p. 130) frisou que os movimentos sociais têm uma dimensão que ultrapassa, em muitos casos, a condição subordinada a processos sociais concretos e a dinâmica em que estão situados num país, numa região ou numa época histórica. Em outras palavras, as lutas empreendidas pelos movimentos sociais, apesar de serem profundamente influenciadas pelo contexto societário maior (representado pela sociedade Capitalista), não se subordinam inteiramente aos ditames do Capital, obtendo momentos de liberdade de ação que são originados e que por sua vez ampliam e originam novas rachaduras no sistema como um todo. O movimento indigenista existe e é forte, na medida em que conquistou o direito constitucional de garantia de suas terras, inclusive com artigo referente à demarcação das mesmas. As lutas que tem empreendido, especialmente no sentido de encontrar uma unidade de projetos políticos com outras nações indígenas espalhadas pelo continente americano indicam que o caminho já está sendo traçado, mas que ainda é preciso muito mais para ampliar a consciência do restante da sociedade em relação aos direitos indígenas.

Paralelamente, o uso das tecnologias de informação e comunicação (telefones celulares, computadores e mídias sociais) para a comunicação entre os diferentes povos indígenas, como também deles com a sociedade fazem parte de uma estratégia de luta e resistência.

Conquistas como a lei 11.645/08, que determinou a obrigatoriedade do ensino indígena nas universidades, as pesquisas desenvolvidas, as produções midiáticas – muitas delas na língua da etnia – e os espaços de reportagens ocupados nos jornais são indicativos de possíveis mudanças. Para Butler (2015, apud LAMAS, VICENTE E MAYRIN, 2016, p.129) isso tudo vai além de uma simples questão de conteúdo, “representa uma possibilidade de reconhecimento da existência do outro, um reconhecimento político que implica um reconhecimento da diferença”.

Considerações finais

Ao encerrar esse artigo precisamos retomar alguns aspectos teóricos para compreender o processo histórico e empírico. Primeiramente, consideramos que como instituição social, o jornalismo participa da produção da realidade, especialmente no âmbito simbólico, em diálogo com os demais atores sociais, ou seja, é uma forma de produção e socialização de conhecimento, importante na dinâmica social, que atua conjuntamente a outras instituições. Como vimos neste artigo, muitos jornais não trataram da pauta no dia 19 de abril, da mesma forma que a Prefeitura de Porto Alegre não realizou a tradicional semana dos Povos Indígenas.

Porém, o jornalismo, mesmo sendo visto como uma forma de socialização muito tênue em termos de construção da realidade, é uma forma de conhecimento, que pode também exercer o papel de “renovação”. Essa renovação é possível, quando pensamos que as instituições são criadas pelo homem. Assim, a relação entre o homem, o produtor e o mundo social, produto dele, é e permanece sendo uma relação dialética. Isto é, o homem (não o homem isolado, mas na coletividade) e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. O produto reage sobre o produtor (Berger e Luckmann, 2009, p. 87) e ambos podem ser modificados.

Este não é um processo simples, pois o relato de eventos não passa apenas por uma relação interna entre subjetividade do locutor e objetividade do mundo, mas também por processos exteriores e anteriores de construção da realidade que precisam ser considerados. Adelmo Genro Filho (1987, apud MEDITSCH, 2010) explica que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo da realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinação ao mesmo tempo objetivas e subjetivas. Isto quer dizer que há certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada objetivamente. Assim, além de considerarmos o processo de construção da realidade e do acontecimento jornalístico, precisamos olhar para a equipe de jornalistas que produzem estes materiais, que tem um saber também constituído de crenças, valores e socializações.

Este aporte teórico nos permite compreender que a imagem e representações dos indígenas apresentadas nos produtos jornalísticos não são fruto apenas da objetividade da realidade e da subjetividade do jornalista, mas uma construção histórica de mais de 500 anos, sustentadas em pilares eurocêntricos e hegemônicos. As pesquisas acadêmicas e as lutas do movimento indigenista nos últimos 50 anos, com certeza, têm contribuído para que um novo olhar se configure neste sentido, porém, o processo de construção de uma

nova realidade objetiva é longo. Existe a necessidade da desconstrução de uma interiorização da realidade social institucionalizada. Berger e Luckmann ressaltam que os programas institucionais são internalizados na consciência do indivíduo e o dirigem em seu agir não como experimentando um sentido estranho, mas como dele próprio. A modificação desses programas institucionais na representação dos indígenas, com certeza, em algumas instituições já avançou alguns passos, como nos espaços didáticos e jornalísticos, porém, para que isso tenha reflexos significativos na sociedade, ainda terá que se romper com muitos paradigmas interiorizados.

Referências:

- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). In: <http://apib.info/> acessado em 15 de julho de 2018.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomás. A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento. 30ed., Petrópolis, Vozes, 2009.
- COTRIM, Gilberto. Saber e Fazer História: história geral e do Brasil. 4ª edição revista. São Paulo: Saraiva, 2008.
- LAMAS, Fernando Gaudereto; VICENTE, Gabriel Braga e MAYRINK, Natasha. Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica. In: Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v.2, n.1, p. 124-139, 2016
- LIPPMANN, Walter. A opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2008
- MACHADO, Elias. O pioneirismo de Roberto E. Park na pesquisa em jornalismo. In: Estudos em jornalismo e mídia. Florianópolis: Insular, v.2, n.1, jul. 2005
- MAGALHÃES, Leandro Henrique. O índio brasileiro no livro didático. In: Revista Hist. Ensino, Londrina, v. 6, p. 73-89, out. 2000
- MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia e FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira Fonseca. Jornalismo e acontecimento. Mapeamento Crítico. Florianópolis: Editora Insular, 2010.
- OLIVEIRA, Maria do Socorro de. O que (não) fazer no dia do Índio. In: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-continuada/nao-fazer-dia-indio-cultura-indigena-624334.shtml>. Acessado em 15 de julho de 2018
- Porque 19 de abril virou Dia do Índio. BBC NEWS BRASIL. In: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43831319>, acessado em 21 de abril de 2018.
- REIS, Elisângela Alves; BARBOSA, Rosimari Bueno; RODRIGUES, Elaine. A representação do índio no livro didático. Anais da Semana de Pedagogia da UEM. v.1, n. 1. Maringá: UEM, 2012.
- SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIOS. In: www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi. Acessado em 08/08/18
- TECNOLOGIA E LUTA: Índio online. In site Tupi Vivo. Acessado em: <http://www.tupivivo.org/7/>, em 15 de agosto de 2018.
- TENÓRIO, Cibele. Aldeia conectada: indígenas aderem às redes sociais. In: <http://www.ebc.com.br/tecnologia/2015/10/aldeia-conectada-indigenas-aderem-redes-sociais>